



MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
CÂMARA DE VEREADORES  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**PROLONGAMENTO**  
**94ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2025**  
**19/11/2025**

#	Proposição	Processo Administrativo	Autor	Assunto	Fase de Tramitação
1	PROJETO DE LEI Nº 408/2025	PROCESSO WEB Nº 08140020 / 2025	VEREADORA TECA NELMA	DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DA CIDADE DE MACEIÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEITURA
2	PROJETO DE LEI Nº 543/2025	PROCESSO WEB Nº 11120011 / 2025	VEREADORA TECA NELMA	INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO HIP HOP E A SEMANA MUNICIPAL DO HIP HOP, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.	LEITURA
3	PROJETO DE LEI Nº 458/2025	PROCESSO WEB Nº 09110035 / 2025	VEREADORA TECA NELMA	CRIA A REDE MUNICIPAL DE CURSINHOS POPULARES DE MACEIÓ, INSTITUI O COMITÊ INTERSETORIAL DA REDE MUNICIPAL DE CURSINHOS POPULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEITURA
4	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 219/2025	PROCESSO WEB Nº 11180110 / 2025	VEREADOR DAVID EMPREGOS AL	CONCEDE A COMENDA SENADOR ARNON DE MELLO AO SR. BRUNO RAFAEL DOS SANTOS FRANÇA.	LEITURA
5	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 212/2025	PROCESSO WEB Nº 11120041 / 2025	VEREADOR JONATAS OMENA	“CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO AO REITOR GUSTAVO ALFREDO CORDEIRO FERREIRA DE ARRUDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”	LEITURA
6	PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10/2025	PROCESSO WEB Nº 04010012 / 2025	VEREADORA TECA NELMA	DISPÕE SOBRE A RESTITUIÇÃO SIMBÓLICA DOS MANDATOS DOS VEREADORES DE MACEIÓ CASSADOS ENTRE OS ANOS DE 1948 A 1969.	LEITURA





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

§2º O gozo do prazo remanescente da licença-paternidade, quando houver, deverá ter início até o 180º (centésimo octogésimo) dia após o parto ou a adoção.

**Art. 5º** O servidor poderá ausentar-se do serviço, sem prejuízo da remuneração, mediante comprovação por documento idôneo:

I - pelo tempo necessário para acompanhar a gestante em consultas médicas, ou em exames complementares;

II - por 6 (seis) dias por ano para acompanhar dependentes em consulta médica.

**Art. 6º** O Poder Legislativo Municipal desenvolverá e implementar políticas institucionais voltadas à promoção da parentalidade responsável e da corresponsabilização entre homens e mulheres pela provisão dos cuidados, em consonância com o art. 227 da Constituição Federal e com a Lei Municipal nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Gabinete da Vereadora Teca Nelma, Câmara Municipal de Maceió, em 14 de Agosto de 2025.

**Teca Nelma**  
Vereadora



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

**JUSTIFICATIVA**

A primeira infância — período compreendido entre o nascimento e os seis anos de idade — é amplamente reconhecida como etapa decisiva para o desenvolvimento humano, demandando políticas públicas de cuidado específicas, baseadas em evidências e centradas na promoção do bem-estar infantil e familiar. Medidas como a ampliação da licença-paternidade figuram entre as mais eficazes para o fortalecimento dos vínculos afetivos, o desenvolvimento saudável da criança e a corresponsabilidade parental.

A pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (MADE-USP), que reuniu 50 produções acadêmicas nacionais e internacionais, demonstram que a concessão de licença-paternidade estendida, quando intransferível às parceiras, é efetivamente usufruída pelos pais. A literatura aponta ainda que a participação ativa dos homens na criação dos filhos está associada à redução da violência contra crianças e mulheres, produzindo impactos positivos para a prevenção da violência doméstica. Do ponto de vista das organizações, a ampliação da licença-paternidade também apresenta benefícios concretos, como a retenção de talentos e a redução das demissões voluntárias, favorecendo a estabilidade e o engajamento no ambiente de trabalho.

Neste contexto, a presente proposição visa instituir um novo patamar de proteção social no âmbito do Poder Legislativo Municipal, ao estabelecer a licença-paternidade com duração progressiva, partindo de 30 dias e alcançando 60 dias após quatro anos de vigência da lei, assegurando ainda:

- o direito ao parcelamento da licença em dois períodos, mediante requerimento, como instrumento de apoio ao retorno da mãe ao trabalho e de promoção da corresponsabilidade contínua no cuidado com a criança;
- a prorrogação do benefício nos casos de internação hospitalar da mãe ou do recém-nascido, conforme já definido pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6327;
- a equiparação à licença-maternidade nos casos de ausência materna no registro civil ou de guarda unilateral deferida ao pai;
- e o direito à ausência remunerada para acompanhamento da gestante em consultas e exames pré-natais, bem como para acompanhamento de filhos ou dependentes em consultas médicas.

Além do mérito familiar, a proposta representa um avanço na atualização normativa desse direito, alinhando o município à evolução das políticas públicas de atenção à primeira infância e às transformações socioculturais das últimas décadas. Embora o Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/2016) e o Decreto nº 8.737/2016 tenham possibilitado a prorrogação da licença-paternidade para vinte dias no serviço público federal, a presente iniciativa avança ainda mais ao estabelecer uma política escalonada e duradoura, com perspectiva de ampliação progressiva e consolidação de uma cultura de cuidado compartilhado.

A proposição também corrobora os objetivos e diretrizes da Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, que instituiu a Política Nacional de Cuidados, ao reconhecer o direito de homens e mulheres à corresponsabilidade pela provisão de cuidados e ao criar condições



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

institucionais para o exercício da parentalidade ativa.

A ampliação da licença-paternidade também cumpre papel central na promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho. Ao garantir que homens possam se afastar para exercer funções parentais desde o nascimento do filho, contribui-se para uma distribuição mais equilibrada das responsabilidades familiares, reduzindo a sobrecarga tradicionalmente imposta às mulheres. Essa maior equidade no exercício do cuidado tende a mitigar discriminações no ambiente profissional, na medida em que desconstrói a percepção de que apenas as mulheres se afastam por longos períodos após o parto, favorecendo o equilíbrio nas relações laborais e familiares. O parcelamento da licença-paternidade, ao possibilitar que o pai usufrua parte do benefício em momento posterior ao nascimento, oferece suporte concreto ao retorno da mãe ao trabalho, contribuindo para a reinserção profissional em condições mais justas e para a continuidade da rede de cuidado familiar.

A relevância desta medida também se evidencia na mobilização social liderada pela Coalizão Licença-Paternidade (CoPai), aliança formada por indivíduos, empresas e instituições que compartilham a visão de estender a licença-paternidade de forma remunerada e obrigatória em todo o território nacional. Ressalta-se, ainda, que no âmbito federal foi criada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Licença-Paternidade, presidida pela Deputada Tabata Amaral, que apresentou o Projeto de Lei nº 6.216, de 2023, destinado a ampliar a licença-paternidade em todo o território nacional, evidenciando a consonância desta proposta municipal com o movimento legislativo em curso no Congresso Nacional. Em 16 de julho de 2024, a Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para a tramitação do referido projeto de lei, reforçando a prioridade conferida ao tema e o compromisso do Parlamento com a promoção da paternidade ativa e da corresponsabilidade familiar.

Trata-se, portanto, de uma política pública de alto impacto social, baseada em evidências, com efeitos positivos comprovados para o desenvolvimento infantil, para a proteção da mulher e para a equidade nas relações de trabalho. Ao valorizar a paternidade ativa e corresponsável, o Poder Legislativo Municipal reafirma seu compromisso com a proteção integral da criança, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, com a igualdade de gênero e com a modernização institucional de suas práticas internas.

Gabinete da Vereadora Teca Nelma, Câmara Municipal de Maceió, em 14 de Agosto de 2025.

**Teca Nelma**  
Vereadora



**Estado de Alagoas  
Câmara Municipal de Maceió  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**Processo N° :** 08140020 / 2025

**N° PROJETO DE LEI :** 408/2025

**Interessado :** VEREADORA TECA NELMA

**Assunto :** DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DA CIDADE DE MACEIÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**DESPACHO**

À Assessoria Legislativa para análise prévia da técnica legislativa, verificação de correlação com normas já existentes e demais providências pertinentes.

**Maceió/AL, 12 de setembro de 2025.**



*Despacho Assinado Digitalmente por : Gustavo Rodrigues  
Rocha, CPF N° 058.544.434-06 em 12 de setembro de 2025  
às 20h35.*



---

**Gustavo Rodrigues Rocha  
Diretor Superintendente**



**Estado de Alagoas  
Câmara Municipal de Maceió  
ASSESSORIA LEGISLATIVA**

**Processo N° : 08140020 / 2025**

**Nº PROJETO DE LEI : 408/2025**

**Interessado : VEREADORA TECA NELMA**

**Assunto : DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DA CIDADE DE MACEIÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DESPACHO**

**PARECER CONSULTIVO**

**I. RELATÓRIO**

Trata-se de proposição apresentada pela Vereadora Teca Nelma em 14/08/2025, a qual dispõe sobre a licença-paternidade no âmbito do Poder Legislativo Municipal da cidade de Maceió e dá outras providências.

O Projeto foi encaminhado a esta Assessoria Legislativa para emissão de parecer técnico, conforme trâmite regimental.

É o relatório.

**II. FUNDAMENTAÇÃO**

**II.1. DA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO NORMATIVA**

A elaboração normativa deve observar os princípios da unicidade e da coerência do ordenamento jurídico, de modo a evitar a multiplicidade de leis sobre a mesma matéria sem a necessária técnica de remissão. Nesse sentido, dispõe o art. 7º, IV, da Lei Complementar nº 95/1998:

“Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

(...)

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.”

Nesse contexto, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942) prevê, em seu art. 2º, §1º, que a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível, ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, ao passo em que o §2º dispõe que a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior, salvo se houver declaração expressa em sentido contrário.

Outrossim, de acordo com a inteligência do art. 117 do Regimento Interno da Câmara de Maceió, os Projetos que

tratem de matéria análoga devem ser anexados, tendo preferência para discussão e votação aquele cronologicamente mais antigo (art. 171, § 1º do referido diploma), caso em que os demais deverão ser arquivados (art. 171, § 2º).

Assim, a presente proposição deve ser confrontada com a legislação municipal vigente e com os Projetos em trâmite na Câmara Municipal, a fim de identificar duplicidade normativa ou revogação tácita, o que poderia comprometer a segurança jurídica e a efetividade da aplicação da lei, bem como a violação de normas regimentais desta Casa.

O Projeto de Lei nº 408/2025 dispõe sobre a licença-paternidade no âmbito do Poder Legislativo Municipal da cidade de Maceió e dá outras providências.

Pois bem.

Em consulta à base de dados da Câmara Municipal de Maceió, não foram encontradas Leis aprovadas ou Projetos de Lei atualmente em tramitação que versam sobre a matéria apresentada.

## II.2. DA TÉCNICA LEGISLATIVA

A proposição em análise foi elaborada em observância às regras estabelecidas no art. 202, § 2º do Regimento Interno desta Câmara Municipal e na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, no que concerne aos elementos estrutura e articulação.

## III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Legislativa informa que inexistem Leis aprovadas ou Projetos atualmente em tramitação versando sobre a matéria apresentada neste Projeto de Lei, não havendo óbice à sua regular tramitação legislativa.

É o parecer.

**Maceió/AL, 24 de setembro de 2025.**



**Despacho Assinado Digitalmente por : MARIA CLARA  
MENDES DE ALMEIDA, CPF Nº 114.401.014-42 em 24 de  
setembro de 2025 às 19h39.**



---

**MARIA CLARA MENDES DE ALMEIDA  
APOIO LEGISLATIVO**





MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**Processo N°** : 08140020 / 2025

**N° PROJETO DE LEI** : 408/2025

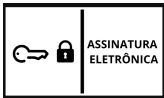
**Interessado** : VEREADORA TECA NELMA

**Assunto** : DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DA CIDADE DE MACEIÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### **DESPACHO**

Ao Prolongamento do Expediente para leitura.

**Maceió/AL, 19 de novembro de 2025.**



*Documento assinado eletronicamente por CPF N° 058.544.434-06 - Gustavo Rodrigues Rocha, Diretor Superintendente em 19 de novembro de 2025 às 09h41.*



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA**

**PROJETO DE LEI nº \_\_\_\_/2025**

**INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO HIP HOP E A SEMANA MUNICIPAL DO HIP HOP, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.**

**AUTORIA: Vereadora TECA NELMA**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ/AL**, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído no calendário municipal o Dia Municipal do Hip Hop a ser comemorado no dia 12 de novembro.

Parágrafo único. Na semana que for comemorada a data prevista no *caput* deste artigo será também comemorada a Semana do Hip Hop.

**Art. 2º** A data comemorativa instituída por essa Lei prevê a valorização do Hip Hop em todas suas manifestações culturais e elementos artísticos, como breaking, graffiti, rap, MC e DJ, tendo por objetivos:

- I - Promover eventos, palestras e materiais para difusão da cultura e formação artística e profissional sobre a manifestação cultural tratada;
- II - Estimular a formação da juventude sobre a manifestação cultural;
- III - Difundir as manifestações culturais tratadas que acontecem no município;
- IV - Incentivar a ocupação dos espaços públicos.

**Art. 3º** Essa Lei entra em vigência na data de sua publicação.

Gabinete da Vereadora Teca Nelma, Câmara Municipal de Maceió, em 12 de Novembro de 2025.

**Teca Nelma**  
Vereadora

**Obs:** Este Projeto de Lei foi elaborado em conjunto com o coletivo cultural Nois Q Faiz e Protocolaco Nacional das Batalhas de Rima.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

**JUSTIFICATIVA**


A cultura do hip hop, originariamente, da periferia urbana estadunidense ecoou e se espalhou como forma da manifestação de diversas juventudes periféricas pelo mundo. A influência dessa cultura teve também no Brasil forte repercussão, desde os anos 80, se consolidando e misturando com os elementos culturais locais nas principais cidades do país, que passaram a ter no graffiti, na dança e nas rimas uma expressão da resistência à realidade social urbana.

A narrativa do cotidiano, das experiências pessoais, da cidade, da família, das amizades e dos amores em rima seja improvisada ou em versos de poesias são compartilhados quando apresentados nas rodas, batalhas, saraus e slams. O encontro e a partilha de histórias se tornou meio de organização da juventude e grupos periféricos, bem como, ocupação do espaço urbano seja por meio da dança no break ou do rap. A retomada dos espaços, muitas vezes negado, também é uma maneira de visibilizar a existência da cultura de rua, periférica, juvenil, que pode estar expressa na arte do graffiti. É um grito de existência e resistência do jovem periférico, o que representa também a retomada da narrativa da própria história.

O Hip Hop através de seus elementos é a representação dessa existência na ocupação das cidades como forma de manifestação artística e cultural que promove a conscientização e defende a construção de uma sociedade mais justa. Para contribuir e valorizar a difusão dessa cultura é necessária a inclusão no calendário oficial do município do dia 12 de novembro como “Dia Municipal do HipHop”. Esse dia é comemorado mundialmente e remete às origens da cultura do HipHop na década de 70, na periferia de Nova York, com a junção dos elementos ocorrendo de forma simultânea pela cultura de rua. O encontro da cultura na rua é o que caracteriza o HipHop e seu fazer artístico e cultural como expressão e visibilidade do que, muitas vezes, tenta ser silenciado.

A fixação dessa data comemorativa no município de Maceió, portanto, visa dar notoriedade a essa cultura que está presente no cotidiano urbano e representa parcela significativa da população.

Gabinete da Vereadora Teca Nelma, Câmara Municipal de Maceió, em 12 de Novembro de 2025.

  
**Teca Nelma**  
Vereadora



MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**Processo N°** : 11120011 / 2025

**N° PROJETO DE LEI** : 543/2025

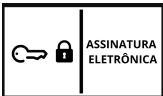
**Interessado** : VEREADORA TECA NELMA

**Assunto** : INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO HIP HOP E A SEMANA MUNICIPAL DO HIP HOP, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.

**DESPACHO**

À Assessoria Legislativa para análise prévia da técnica legislativa, verificação de correlação com normas já existentes e demais providências pertinentes.

**Maceió/AL, 12 de novembro de 2025.**



*Documento assinado eletronicamente por CPF N° 058.544.434-06 - Gustavo Rodrigues Rocha, Diretor Superintendente em 12 de novembro de 2025 às 22h33.*



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.



MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
ASSESSORIA LEGISLATIVA

**Processo Nº : 11120011 / 2025**

**Nº PROJETO DE LEI : 543/2025**

**Interessado : VEREADORA TECA NELMA**

**Assunto : INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO HIP HOP E A SEMANA MUNICIPAL DO HIP HOP, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.**

## **PARECER LEGISLATIVO**

### **I. RELATÓRIO**

Trata-se de proposição apresentada pela Vereadora Teca Nelma, a qual propõe instituir, no calendário oficial do Município, o “Dia Municipal do Hip Hop” e a “Semana Municipal do Hip Hop”, destinando-os à valorização das manifestações culturais do movimento e à promoção de atividades voltadas à juventude e ao fomento cultural

O Projeto foi encaminhado a esta Assessoria Legislativa para emissão de parecer técnico, conforme trâmite regimental.

É o relatório.

### **II. FUNDAMENTAÇÃO**

#### **II.1. DA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO NORMATIVA**

A elaboração normativa deve observar os princípios da unicidade e da coerência do ordenamento jurídico, de modo a evitar a multiplicidade de leis sobre a mesma matéria sem a necessária técnica de remissão.

Nesse contexto, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942) prevê, em seu art. 2º, §1º, que a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível, ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, ao passo em que o §2º dispõe que a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior, salvo se houver declaração expressa em sentido contrário.

Assim, a presente proposição deve ser confrontada com a legislação municipal vigente e com os Projetos em trâmite na Câmara Municipal, a fim de identificar duplicidade normativa ou revogação tácita, o que poderia comprometer a segurança jurídica e a efetividade da aplicação da lei, bem como a violação de normas regimentais desta Casa.

Ao analisar a legislação municipal vigente, identifica-se que existe norma correlata, qual seja, a Lei Municipal nº 6.917, de 15 de julho de 2019, que declara a cultura Hip Hop como patrimônio cultural imaterial de Maceió, reconhecendo suas manifestações artísticas e determinando ao Poder Público o dever de assegurar e fomentar sua realização.

A seguir, necessário analisar se há conflito que possa gerar revogação tácita.

A Lei nº 6.917/2019 trata do reconhecimento e proteção do Hip Hop enquanto patrimônio cultural imaterial. Por sua vez, o Projeto de Lei nº 543/2025 trata da instituição de datas comemorativas e da promoção de atividades

culturais.

Nesse sentido, não há sobreposição normativa entre os conteúdos das leis; ao contrário, os diplomas se complementam. A instituição de data comemorativa não altera nem revoga disposições da Lei nº 6.917/2019, e tampouco cria conflito temático ou material.

Por essa razão, conclui-se que existe norma correlata, mas não há conflito, uma vez que tratam de eixos distintos da política cultural municipal.

O presente PL harmoniza-se com a legislação existente e contribui para sua efetividade ao estabelecer instrumentos de visibilidade e valorização.

## II.2. DA TÉCNICA LEGISLATIVA

O texto do PL apresenta boa adequação aos critérios de técnica legislativa previstos na Lei Complementar nº 95/1998.

A LC nº 95/1998 orienta que remissões a outras normas só são recomendadas quando absolutamente necessárias para a compreensão do texto. No caso concreto, embora a Lei nº 6.917/2019 trate da proteção institucional do Hip Hop, seu conteúdo não constitui condição para a eficácia da nova lei nem é pressuposto normativo indispensável à compreensão do projeto.

A data comemorativa pode existir de forma independente da lei de reconhecimento cultural, uma vez que o PL não regulamenta nem modifica obrigações estabelecidas pela Lei nº 6.917/2019. Assim, não é tecnicamente necessário que o PL contenha remissão expressa à Lei nº 6.917/2019.

Contudo, é possível, caso a autora deseje reforçar coerência e fundamentação cultural do diploma, inserir referência no preâmbulo ou na justificativa, o que não interfere no texto normativo em si. Essa menção teria caráter expositivo, não sendo requisito para validade.

## III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Legislativa opina:

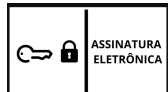
a) Há norma correlata, consistente na Lei Municipal nº 6.917/2019, que reconhece o Hip Hop como patrimônio cultural imaterial.

Não obstante, porém não há conflito ou sobreposição temática, sendo plenamente compatível com o PL nº 543/2025.

b) O Projeto de Lei observa adequadamente os requisitos fundamentais de técnica legislativa previstos na LC nº 95/1998.

É o parecer.

**Maceió/AL, 13 de novembro de 2025.**



**Documento assinado eletronicamente por CPF Nº 077.069.984-79 - LEONARDO LINS MIRANDA, ANALISTA LEGISLATIVO em 13 de novembro de 2025 às 16h25.**



**A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.**



MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
ASSESSORIA LEGISLATIVA

**Processo N°** : 11120011 / 2025

**N° PROJETO DE LEI** : 543/2025

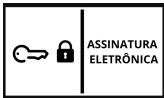
**Interessado** : VEREADORA TECA NELMA

**Assunto** : INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO HIP HOP E A SEMANA MUNICIPAL DO HIP HOP, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.

**DESPACHO**

Com a emissão do Parecer por esta Assessoria Legislativa, devolvam-se os autos à Presidência.

**Maceió/AL, 13 de novembro de 2025.**



*Documento assinado eletronicamente por CPF N° 077.069.984-79 - LEONARDO LINS MIRANDA, ANALISTA LEGISLATIVO em 13 de novembro de 2025 às 16h25.*



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.





MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**Processo N°** : 11120011 / 2025

**N° PROJETO DE LEI** : 543/2025

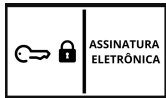
**Interessado** : VEREADORA TECA NELMA

**Assunto** : INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO HIP HOP E A SEMANA MUNICIPAL DO HIP HOP, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.

### **DESPACHO**

Ao Prolongamento do Expediente para leitura.

**Maceió/AL, 18 de novembro de 2025.**



*Documento assinado eletronicamente por CPF N° 058.544.434-06 - Gustavo Rodrigues Rocha, Diretor Superintendente em 18 de novembro de 2025 às 11h08.*



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_ / 2025**

**AUTORIA:** Vereadora Teca Nelma

**CRIA A REDE MUNICIPAL DE CURSINHOS POPULARES DE MACEIÓ, INSTITUI O COMITÊ INTERSETORIAL DA REDE MUNICIPAL DE CURSINHOS POPULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica criada a Rede Municipal de Cursinhos Populares de Maceió, com o objetivo de ampliar o acesso de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social ao ensino superior; ou Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), bem como fortalecer ações voltadas para a permanência estudantil.

**Art. 2º** A Rede Municipal de Cursinhos Populares terá como público prioritário:

- I – estudantes e egressos da rede pública de ensino;
- II – jovens e adultos oriundos de famílias de baixa renda;
- III – pessoas negras, indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais;
- IV – pessoas com deficiência;
- V – mães atípicas, cuidadoras primárias e mulheres chefes de família.

**Art. 3º** A Rede poderá funcionar em espaços públicos municipais, incluindo escolas, associações comunitárias, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e demais equipamentos públicos.

**Art. 4º** São objetivos da Rede Municipal de Cursinhos Populares:

- I – garantir a democratização do acesso ao Ensino Superior;
- II – assegurar espaços físicos adequados para o funcionamento dos cursinhos;
- III – fomentar a permanência dos estudantes por meio de:
  - a) políticas de incentivo financeiro;
  - b) fornecimento de alimentação nos dias letivos.
- IV – apoiar a pesquisa, produção, aquisição e distribuição de materiais pedagógicos para:
  - a) professores;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

- b) profissionais da educação; e
- c) estudantes de cursinhos populares.

V – promover a integração dos cursinhos populares com as universidades públicas e institutos federais.

**Art. 5º** O Município poderá firmar parcerias e convênios com universidades, institutos federais, organizações da sociedade civil, entidades estudantis e demais instituições públicas e privadas para viabilizar a oferta dos cursinhos populares.

**Art. 6º** Fica instituído o Comitê Intersetorial da Rede Municipal de Cursinhos Populares de Maceió, com a finalidade de planejar, acompanhar, avaliar e propor melhorias nas ações da Rede.

**Art. 7º** O Comitê Intersetorial será composto por representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e entidades:

- I – Secretaria Municipal de Educação (SEMED);
- II – Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS);
- III – Secretaria Extraordinária da Juventude e Lazer (SEJL);
- IV – Secretaria Municipal da Mulher, Pessoas com Deficiência, Idosos e Cidadania (SEMUC);
- V – Universidade Federal de Alagoas (UFAL);
- VI – Instituto Federal de Alagoas (IFAL);
- VII – representantes de universidades privadas locais;
- VIII – representantes da sociedade civil organizada, prioritariamente de movimentos sociais, coletivos estudantis e entidades ligadas à educação popular.

§ 1º A coordenação do Comitê ficará a cargo da Secretaria responsável.

§ 2º O Comitê poderá convidar outros órgãos e entidades públicas ou privadas para participar das reuniões e atividades, quando necessário.

**Art. 8º** Compete ao Comitê Intersetorial:

- I – definir diretrizes pedagógicas e metodológicas da Rede;
- II – propor critérios de acesso e permanência dos estudantes;
- III – articular parcerias institucionais e comunitárias;
- IV – monitorar a execução das atividades;
- V – elaborar relatórios anuais sobre os resultados da Rede.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

**Art. 9º** São objetivos da Rede Municipal de Cursinhos Populares de Maceió:

- I – ampliar as oportunidades de ingresso no ensino superior, técnico e tecnológico;
- II – reduzir desigualdades educacionais e sociais no município;
- III – promover políticas de permanência estudantil, por meio de incentivos à frequência e conclusão dos cursos;
- IV – articular políticas intersetoriais que fortaleçam a juventude e a educação popular;
- V – fomentar ações de inclusão digital, formação cidadã e valorização da diversidade.

**Art. 10** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, estabelecendo critérios para:

- I - repasses;
- II - parcerias;
- III - editais de fomento;
- IV - critérios de avaliação;
- V - formas de integração institucional.

**Art. 11.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Vereadora Teca Nelma, Câmara Municipal de Maceió, em 11 de Setembro de 2025.

**Teca Nelma**  
Vereadora



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA**  
**JUSTIFICATIVA**

A presente proposta do Projeto de Lei busca instituir a Rede Municipal de Cursinhos Populares de Maceió, com apoio do Comitê Intersetorial, como medida estratégica para superar graves desigualdades educacionais já mapeadas no município e no Estado de Alagoas.

Segundo dados preliminares do Censo Demográfico 2022, 48,4% dos alagoanos com 25 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental ou sequer têm instrução escolar básica. Alagoas detém a segunda pior taxa do Brasil nesse indicador, atrás apenas do Piauí. No entanto, há evolução: essa porcentagem era de 74,7% em 2000, caiu para 64% em 2010, chegando a cerca de 49% em 2022.

Em Maceió, apenas 20,32% da população com 18 anos ou mais possuem ensino superior completo. Este índice, embora seja o melhor entre os municípios alagoanos, confirma que cerca de 79,68% da população adulta está sem nível superior.

A taxa líquida de escolarização no ensino superior em Alagoas é de 13,8%, uma das menores do país, indicando que poucos jovens entre 18 e 24 anos conseguem acesso às universidades

Embora tenha havido crescimento no número absoluto de ingressantes da rede estadual — de cerca de 1.099 estudantes em 2024 para pouco mais de 1.400 em 2025, aumento de 36% — isso reflete um ponto de partida baixo e não significa ainda universalização nem equidade.

Na rede municipal de Maceió, houve uma queda significativa no índice de abandono escolar: eram 1.036 casos em 2019; caíram para 451 em 2023, redução expressiva que mostra impacto das políticas de permanência escolar. Também foram implementadas estratégias como o programa “Busca Ativa Escolar” para monitoramento de faltas e articulação entre educação, saúde e assistência social, reforçando a necessidade de redes de apoio comunitárias.

A baixa escolaridade, aliada à limitação de vagas, ao custo de cursos preparatórios privados, e à falta de articulação intersetorial representam barreiras de alta magnitude para jovens de baixa renda, minorias étnicas e moradores das periferias. Cursinhos populares têm histórico comprovado de promover inclusão: eles nivelam acesso, melhoram desempenho acadêmico e possibilitam aos estudantes ingresso em ensino superior ou técnico, promovendo mobilidade social. A Constituição Federal garante o direito à educação como dever do Estado, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, e promove igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (arts. 6º; 205; 208).

Diante desses dados, é evidente que Maceió convive com desigualdades profundas no acesso ao ensino fundamental, médio e superior. A implantação de uma Rede Municipal de Cursinhos Populares, apoiada por um Comitê Intersetorial, representa uma política



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

afirmativa que pode: ampliar o ingresso de jovens vulneráveis no ensino superior e técnico, fortalecer a permanência estudantil, promover justiça social e equidade, e avançar no cumprimento dos direitos educacionais previstos em lei.

Portanto, este projeto não trata de mera retórica, mas responde a uma urgência concreta: transformar os dados alarmantes em ações preventivas e inclusivas. Pela educação como trampolim de liberdade, contamos com o apoio desta Casa Legislativa para sua aprovação.

**Teca Nelma**  
Vereadora



**Estado de Alagoas  
Câmara Municipal de Maceió  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**Processo N° :** 09110035 / 2025

**N° PROJETO DE LEI :** 458/2025

**Interessado :** VEREADORA TECA NELMA

**Assunto :** CRIA A REDE MUNICIPAL DE CURSINHOS POPULARES DE MACEIÓ, INSTITUI O COMITÊ INTERSETORIAL DA REDE MUNICIPAL DE CURSINHOS POPULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**DESPACHO**

À Assessoria Legislativa para análise prévia da técnica legislativa, verificação de correlação com normas já existentes e demais providências pertinentes.

**Maceió/AL, 12 de setembro de 2025.**



*Despacho Assinado Digitalmente por : Gustavo Rodrigues  
Rocha, CPF N° 058.544.434-06 em 12 de setembro de 2025  
às 20h35.*



---

**Gustavo Rodrigues Rocha  
Diretor Superintendente**



**Estado de Alagoas  
Câmara Municipal de Maceió  
ASSESSORIA LEGISLATIVA**

**Processo N° : 09110035 / 2025**

**Nº PROJETO DE LEI : 458/2025**

**Interessado : VEREADORA TECA NELMA**

**Assunto : CRIA A REDE MUNICIPAL DE CURSINHOS POPULARES DE MACEIÓ, INSTITUI O COMITÊ INTERSETORIAL DA REDE MUNICIPAL DE CURSINHOS POPULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DESPACHO**

**PARECER CONSULTIVO**

**I. RELATÓRIO**

Trata-se de proposição apresentada pela Vereadora Teca Nelma, a qual CRIA A REDE MUNICIPAL DE CURSINHOS POPULARES DE MACEIÓ, INSTITUI O COMITÊ INTERSETORIAL DA REDE MUNICIPAL DE CURSINHOS POPULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Este Projeto foi encaminhado a esta Assessoria Legislativa para emissão de parecer quanto à análise prévia da técnica legislativa, verificação de correlação com normas já existentes e demais providências pertinentes.

É o relatório.

**II. FUNDAMENTAÇÃO**

A elaboração normativa deve observar os princípios da unicidade e da coerência do ordenamento jurídico, de modo a evitar a multiplicidade de leis sobre a mesma matéria sem a necessária técnica de remissão.

a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942) prevê, em seu art. 2º, §1º, que a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível, ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, ao passo em que o §2º dispõe que a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior, salvo se houver declaração expressa em sentido contrário.

Outrossim, de acordo com a inteligência do art. 117 do Regimento Interno da Câmara de Maceió, os Projetos que tratem de matéria análoga devem ser anexados, tendo preferência para discussão e votação aquele cronologicamente mais antigo (art. 171, § 1º do referido diploma), caso em que os demais deverão ser arquivados (art. 171, § 2º).

Assim, a presente proposição deve ser confrontada com a legislação municipal vigente e com os Projetos em trâmite na Câmara Municipal, a fim de identificar duplicidade normativa ou revogação tácita, o que poderia comprometer a segurança jurídica e a efetividade da aplicação da lei, bem como a violação de normas regimentais desta Casa.



Neste caso específico, em consulta à base de dados da Câmara Municipal de Maceió, foi encontrado o Projeto de Lei nº 104/2025, já aprovado e enviado para sanção do Prefeito, cujo objeto, apesar de não ser idêntico, é bastante similar e necessita ser explicado.

Este PL 458/2025, de autoria da Vereadora Teca Nelma, cria a Rede Municipal de Cursinhos Populares de Maceió, institui o Comitê Intersectorial e dispõe sobre outras providências.

Já o PL aprovado, de autoria da Vereadora Silvania Barbosa, constitui a Política Municipal de Incentivo a Cursinhos Solidários.

Confrontando ambos, é possível verificar:

- Ambas as proposições têm como finalidade ampliar o acesso ao ensino superior e concursos para pessoas de baixa renda.
- Preveem utilização de espaços públicos para os cursinhos.
- Determinam regulamentação pelo Poder Executivo e preveem parcerias institucionais.

A análise revela que há risco de sobreposição normativa entre os dois diplomas, pois ambos tratam do mesmo objeto: cursinhos populares/solidários no Município de Maceió.

Enquanto o PL 104/2025, já aprovado, instituiu uma política municipal ampla, que abrange incentivo, acesso e utilização de espaços públicos para cursinhos solidários, este PL458/2025, ao criar a Rede Municipal de Cursinhos Populares, pode ser interpretado como uma nova política paralela ou mesmo uma sobreposição, especialmente ao detalhar público prioritário, mecanismos de incentivo e a criação de um Comitê.

Nesse cenário, do ponto de vista da melhor técnica legislativa, seria recomendável harmonizar ambas as normas, a fim de evitar dúvidas e conflitos interpretativos entre ambos.

### III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, é possível chegar à conclusão de que, embora não sejam idênticos, e cada Projeto tenha suas particularidades, a melhor técnica legislativa poderia recomendar a harmonização entre as referidas normas, a fim de evitar conflitos normativos.

É o parecer.

**Maceió/AL, 18 de setembro de 2025.**



*Despacho Assinado Digitalmente por : LEONARDO LINS  
MIRANDA, CPF Nº 077.069.984-79 em 18 de setembro de  
2025 às 12h22.*



---

**LEONARDO LINS MIRANDA**  
**ANALISTA LEGISLATIVO**



**Estado de Alagoas**  
**Câmara Municipal de Maceió**  
**ASSESSORIA LEGISLATIVA**

**Processo N° : 09110035 / 2025**

**Nº PROJETO DE LEI : 458/2025**

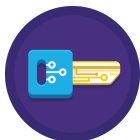
**Interessado : VEREADORA TECA NELMA**

**Assunto : CRIA A REDE MUNICIPAL DE CURSINHOS POPULARES DE MACEIÓ, INSTITUI O COMITÊ INTERSETORIAL DA REDE MUNICIPAL DE CURSINHOS POPULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DESPACHO**

Com a emissão do Parecer por esta Assessoria Legislativa, devolvam-se os autos à Presidência.

**Maceió/AL, 18 de setembro de 2025.**



*Despacho Assinado Digitalmente por : LEONARDO LINS  
MIRANDA, CPF Nº 077.069.984-79 em 18 de setembro de  
2025 às 12h22.*



---

**LEONARDO LINS MIRANDA**  
**ANALISTA LEGISLATIVO**



MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**Processo N°** : 09110035 / 2025

**N° PROJETO DE LEI** : 458/2025

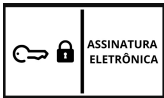
**Interessado** : VEREADORA TECA NELMA

**Assunto** : CRIA A REDE MUNICIPAL DE CURSINHOS POPULARES DE MACEIÓ, INSTITUI O COMITÊ INTERSETORIAL DA REDE MUNICIPAL DE CURSINHOS POPULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### **DESPACHO**

Ao Prolongamento do Expediente para leitura.

**Maceió/AL, 19 de novembro de 2025.**



*Documento assinado eletronicamente por CPF N° 058.544.434-06 - Gustavo Rodrigues Rocha, Diretor Superintendente em 19 de novembro de 2025 às 09h41.*



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**GABINETE DO VEREADOR DAVID EMPREGOS AL**  
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2025**

**CONCEDE A COMENDA SENADOR  
ARNON DE MELLO AO Sr. BRUNO  
RAFAEL DOS SANTOS FRANÇA**

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ** faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** - Fica concedida a Comenda Senador Arnon de Mello ao Sr. **BRUNO RAFAEL DOS SANTOS FRANÇA**.

**Parágrafo único.** A outorga do título ora concedido se fará em Sessão Solene, em data a ser aprazada pelo excelentíssimo Sr. Presidente desta Casa de Leis ao homenageado.

**Art. 2º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ, \_\_\_\_DE  
\_\_\_\_ DE 2025.**

**DAVID EMPREGOS AL**  
**Vereador**



**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**GABINETE DO VEREADOR DAVID EMPREGOS AL**

**JUSTIFICATIVA**

A presente homenagem tem como objetivo reconhecer o notável trabalho do Sr. Bruno Rafael dos Santos França, uma vez que destina-se a agraciar personalidades da área de comunicação – Jornalísticas, Radialistas, Redatores, Apresentadores e Escritores, além de Entidades e Instituições que tenham se destacado nesse campo.

Para o regular trâmite de sua propositura, tem-se que a concessão de títulos honoríficos constitui uma faculdade atinente ao vereador nos termos do art. 311 deste regimento, instrumentalizada por meio de projeto de decreto legislativo.

Nesse sentido, o regimento em seu art. 312, §2º, XLVI prevê a comenda Senador Arnon de Mello a que hora se confere ao homenageado:

Art. 312. As Honrarias serão concedidas pela Câmara Municipal a quantos se destacarem na comunidade.

§ 1º. A indicação da personalidade escolhida será feita através de requerimento do Vereador votado pelo Plenário.

§ 2º. Em cada Sessão Legislativa, o Vereador poderá figurar como autor de, no máximo, 02 (duas) indicações para concessão das seguintes Honrarias:

[...]

XLVI - Comenda Senador Arnon de Mello;

Pois bem, o homenageado Bruno Rafael dos Santos França, 33 anos, nasceu em Joaquim Gomes (AL) e teve a vida transformada pela comunicação ainda aos 15 (quinze) anos, inspirado pelo universo da televisão e do rádio. Em 2021, concluiu o curso de Rádio e Televisão pelo sindicato da



**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**GABINETE DO VEREADOR DAVID EMPREGOS AL**

categoria e, ainda durante a formação, começou a dar seus primeiros passos com entrevistas de rua.

Em 2023, ampliou sua atuação ao produzir matérias para seu Instagram, acumulando mais de 4 mil produções que vão desde histórias de empreendedorismo nas comunidades até conteúdos policiais, políticos e de utilidade pública. Apaixonado pela profissão, Bruno passou por diversos veículos de comunicação, entre eles o portal 7 Segundos e a TV Gazeta de Alagoas, e atualmente integra a equipe do Agora Alagoas.

Seu trabalho ganhou projeção nacional após conseguir uma grande exclusiva com a médica acusada de matar o ex-companheiro, entrevista que repercutiu em todo o país e o levou a aparecer em jornais locais e nacionais, dentre as emissoras em que a matéria foi veiculada estão Record e SBT. Somados, seus conteúdos já ultrapassam 5 (cinco) milhões de visualizações.

Diante de sua brilhante trajetória e das inestimáveis contribuições prestadas à sociedade, a concessão da Comenda Senador Arnon de Mello ao Sr. Bruno Rafael dos Santos França é um justo reconhecimento por seu compromisso com a informação séria, responsável, através da atividade jornalística levando comunicação para todos os lugares de Maceió e do Brasil.

Assim, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta justa e meritória homenagem.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ, \_\_\_\_DE  
\_\_\_\_ DE 2025.**

**DAVID EMPREGOS AL**  
**Vereador**



MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**Processo N° : 11180110 / 2025**

**Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 219/2025**

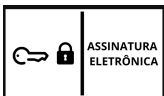
**Interessado : VEREADOR DAVID EMPREGOS AL**

**Assunto : CONCEDE A COMENDA SENADOR ARNON DE MELLO AO SR. BRUNO RAFAEL DOS SANTOS FRANÇA.**

### **DESPACHO**

À Assessoria Legislativa para análise prévia da técnica legislativa, verificação de correlação com normas já existentes e demais providências pertinentes.

**Maceió/AL, 19 de novembro de 2025.**



*Documento assinado eletronicamente por CPF Nº 058.544.434-06 - Gustavo Rodrigues Rocha, Diretor Superintendente em 19 de novembro de 2025 às 09h18.*



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.





MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
ASSESSORIA LEGISLATIVA

**Processo Nº : 11180110 / 2025**

**Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 219/2025**

**Interessado : VEREADOR DAVID EMPREGOS AL**

**Assunto : CONCEDE A COMENDA SENADOR ARNON DE MELLO AO SR. BRUNO RAFAEL DOS SANTOS FRANÇA.**

## **PARECER LEGISLATIVO**

### **I. RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador David Empregos AL objetivando a concessão da Comenda Senador Arnon de Mello ao Sr. Bruno Rafael dos Santos França.

O Projeto foi apresentado em 18/11/2025 e encaminhado a esta Assessoria Legislativa para emissão de parecer técnico opinativo, conforme trâmite regimental.

É o relatório.

### **II. FUNDAMENTAÇÃO**

A concessão de títulos honoríficos, comendas e demais honrarias pelo Poder Legislativo Municipal constitui importante instrumento de reconhecimento público, por meio do qual a Câmara Municipal de Maceió presta homenagem aos cidadãos que, de alguma forma, contribuíram de maneira relevante para o desenvolvimento social, cultural, político ou econômico do Município. Trata-se de manifestação simbólica do Parlamento, que traduz a valorização de trajetórias exemplares e reforça o vínculo entre o Legislativo e a sociedade.

Por outro lado, sabe-se que as proposições apresentadas devem ainda ser confrontadas com a legislação municipal vigente, a fim de identificar duplicidade normativa ou revogação tácita, o que poderia comprometer a segurança jurídica e a efetividade da aplicação da norma.

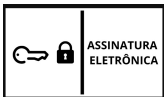
À vista disso, em consulta à base de dados da Câmara Municipal de Maceió, não consta registro de homenagem anterior ao Sr. Bruno Rafael dos Santos França com a outorga da honraria.

### **III. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Assessoria Legislativa informa que não há registro da concessão Comenda Senador Arnon de Mello ao Sr. Bruno Rafael dos Santos França.

É o parecer.

**Maceió/AL, 19 de novembro de 2025.**



***Documento assinado eletronicamente por CPF Nº 116.234.764-37 - KAREN ELLEN CEZARIO DOS SANTOS, ANALISTA LEGISLATIVO em 19 de novembro de 2025 às 10h10.***



**A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.**



MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
ASSESSORIA LEGISLATIVA

**Processo N° : 11180110 / 2025**

**Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 219/2025**

**Interessado : VEREADOR DAVID EMPREGOS AL**

**Assunto : CONCEDE A COMENDA SENADOR ARNON DE MELLO AO SR. BRUNO RAFAEL DOS SANTOS FRANÇA.**

### **DESPACHO**

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo encaminhado a esta Assessoria Legislativa para emissão de parecer técnico opinativo.

Expedido o referido parecer, encaminhem-se os autos à Presidência para prosseguimento do trâmite regimental.

**Maceió/AL, 19 de novembro de 2025.**



*Documento assinado eletronicamente por CPF N° 116.234.764-37 - KAREN ELLEN CEZARIO DOS SANTOS, ANALISTA LEGISLATIVO em 19 de novembro de 2025 às 10h11.*



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.



MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**Processo N° : 11180110 / 2025**

**Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 219/2025**

**Interessado : VEREADOR DAVID EMPREGOS AL**

**Assunto : CONCEDE A COMENDA SENADOR ARNON DE MELLO AO SR. BRUNO RAFAEL DOS SANTOS FRANÇA.**

### **DESPACHO**

Ao Prolongamento do Expediente para leitura.

**Maceió/AL, 19 de novembro de 2025.**



*Documento assinado eletronicamente por CPF Nº 058.544.434-06 - Gustavo Rodrigues Rocha, Diretor Superintendente em 19 de novembro de 2025 às 10h12.*



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**GABINETE DO VEREADOR JÔNATAS OMENA**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 16/2025 – GVJO - CMM**

**“CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO  
HONORÁRIO AO REITOR GUSTAVO  
ALFREDO CORDEIRO FERREIRA DE  
ARRUDA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.”**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ** faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** - Fica concedido o título de Cidadão Honorário ao Reitor Gustavo Alfredo Cordeiro Ferreira de Arruda.

**Art. 2º** - Esta honraria será entregue em sessão solene especialmente convocada para este fim.

**Art. 3º**- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JÔNATAS OMENA**  
Vereador – Câmara Municipal de Maceió



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**

### **GABINETE DO VEREADOR JÔNATAS OMENA**

#### **DA JUSTIFICATIVA**

O professor Gustavo Alfredo Cordeiro Ferreira de Arruda, reitor da AFYA Maceió, é um educador e gestor com trajetória marcada pela excelência acadêmica, pelo compromisso social e pela capacidade de transformar realidades. Mestre em Comunicação, com MBA em Gestão Empresarial, especialista em Gestão Educacional, Administrador e Pedagogo, reúne quase duas décadas de experiência na gestão de instituições de ensino superior e básico, com passagens por organizações de prestígio nacional, como Fundação Getúlio Vargas (FGV SP/RJ), Ânima, Estácio, Grupo Uniesa e CNEC. Atuou também como docente em cursos de graduação e programas de pós-graduação, consolidando-se como referência em formação acadêmica e gestão educacional.

Paralelamente à carreira acadêmica, acumulou 17 anos de experiência em consultoria empresarial, em conselhos e na alta gestão de grandes organizações, sempre com foco em gestão de pessoas, gestão financeira e gestão operacional. Essa vivência lhe conferiu um perfil de liderança inovador, transparente, colaborativo e humanizado, que alia resultados organizacionais sólidos ao desenvolvimento humano e social.

À frente da AFYA Maceió, o professor Gustavo Alfredo Cordeiro Ferreira de Arruda vem conduzindo um trabalho de grande impacto para a sociedade maceioense. Apesar de se tratar de uma instituição privada, a AFYA Maceió cumpre um papel social de extrema relevância, colocando-se a serviço da comunidade e impactando diretamente a vida dos cidadãos.

Um dos principais destaques está na oferta gratuita de atendimentos nas clínicas-escola médica, odontológica, de fisioterapia, de nutrição e de psicologia que proporcionam assistência de qualidade à população, especialmente aos que mais necessitam. Essas ações reforçam o compromisso da instituição com a saúde e o bem-estar da comunidade, aproximando o cidadão da academia e transformando o conhecimento em benefício social concreto.

No campo jurídico, a instituição mantém o AFYA – Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), que presta serviços gratuitos de orientação e acompanhamento à população. Esse núcleo atua em parceria com órgãos de grande relevância, como o PROCON Maceió, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça de Alagoas, com destaque para a instalação de um Juizado no âmbito da instituição. Além disso, em cooperação com a Prefeitura de Maceió, a AFYA abriga a Unidade Docente Assistencial (UDA), fortalecendo ainda mais sua função social de promoção da cidadania e de apoio à população.

O compromisso da AFYA Maceió com a inclusão social também se evidencia no Projeto Amanhã, desenvolvido na Grotta do Rafael, que leva educação, apoio e perspectivas de futuro para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Iniciativas como o Conexão à Cidadania, por sua vez, ampliam o alcance da instituição, levando serviços, orientações e oportunidades de forma gratuita para a população em



**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**GABINETE DO VEREADOR JÔNATAS OMENA**

diferentes áreas, como saúde, educação, assistência jurídica e cidadania.

Sob a liderança do professor Gustavo Alfredo Cordeiro Ferreira de Arruda, a instituição também se destaca como promotora da geração e manutenção de empregos qualificados, ao mesmo tempo em que fortalece parcerias estratégicas e garante a oferta de uma educação de qualidade, capaz de transformar vidas e realidades.

Dessa forma, a atuação do professor Gustavo Alfredo Cordeiro Ferreira de Arruda e da AFYA Maceió vai muito além da formação acadêmica: representa um compromisso efetivo com o desenvolvimento humano, com a cidadania e com o progresso social de Maceió. Seu trabalho tem contribuído, de maneira prática e expressiva, para o acesso da população a direitos fundamentais, como saúde, justiça, educação e oportunidades de crescimento.

Por todas essas razões, é justo e meritório que a Câmara Municipal de Maceió reconheça o senhor Gustavo Alfredo Cordeiro Ferreira de Arruda como Cidadão Honorário desta cidade. Trata-se de uma homenagem que simboliza a gratidão do povo maceioense a um reitor que tem dedicado sua carreira a servir com honestidade e competência. O título de Cidadão Honorário de Maceió constitui, portanto, uma forma legítima de reconhecimento àquele que tem contribuído de maneira efetiva para o desenvolvimento social e humano da nossa capital, tornando-se, de fato e de direito, um verdadeiro maceioense por vocação e coração.

**JÔNATAS OMENA**  
Vereador – Câmara Municipal de Maceió



**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**GABINETE DO VEREADOR JÔNATAS OMENA**





MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**Processo N° : 11120041 / 2025**

**Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 212/2025**

**Interessado : VEREADOR JONATAS OMENA**

**Assunto : "CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO AO REITOR GUSTAVO ALFREDO CORDEIRO FERREIRA DE ARRUDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

### **DESPACHO**

À Assessoria Legislativa para análise prévia da técnica legislativa, verificação de correlação com normas já existentes e demais providências pertinentes.

**Maceió/AL, 12 de novembro de 2025.**



*Documento assinado eletronicamente por CPF N° 058.544.434-06 - Gustavo Rodrigues Rocha, Diretor Superintendente em 12 de novembro de 2025 às 22h33.*



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.



MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
ASSESSORIA LEGISLATIVA

**Processo Nº : 11120041 / 2025**

**Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 212/2025**

**Interessado : VEREADOR JONATAS OMENA**

**Assunto : "CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO AO REITOR GUSTAVO ALFREDO CORDEIRO FERREIRA DE ARRUDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

## **PARECER LEGISLATIVO**

### **I. RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador Jonatas Omena objetivando a concessão do Título Honorífico de Cidadão Honorário ao Sr. Gustavo Alfredo Cordeiro Ferreira de Arruda.

O Projeto foi apresentado em 12/11/2025 e encaminhado a esta Assessoria Legislativa para emissão de parecer técnico opinativo, conforme trâmite regimental.

É o relatório.

### **II. FUNDAMENTAÇÃO**

A concessão de títulos honoríficos, comendas e demais honrarias pelo Poder Legislativo Municipal constitui importante instrumento de reconhecimento público, por meio do qual a Câmara Municipal de Maceió presta homenagem aos cidadãos que, de alguma forma, contribuíram de maneira relevante para o desenvolvimento social, cultural, político ou econômico do Município. Trata-se de manifestação simbólica do Parlamento, que traduz a valorização de trajetórias exemplares e reforça o vínculo entre o Legislativo e a sociedade.

Por outro lado, sabe-se que as proposições apresentadas devem ainda ser confrontadas com a legislação municipal vigente, a fim de identificar duplicidade normativa ou revogação tácita, o que poderia comprometer a segurança jurídica e a efetividade da aplicação da norma.

À vista disso, em consulta à base de dados da Câmara Municipal de Maceió, não consta registro de homenagem anterior ao Sr. Gustavo Alfredo Cordeiro Ferreira de Arruda com a outorga do título.

### **III. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Assessoria Legislativa informa que não há registro da concessão do Título Honorífico de Cidadão Honorário ao Sr. Gustavo Alfredo Cordeiro Ferreira de Arruda.

É o parecer.

**Maceió/AL, 18 de novembro de 2025.**



***Documento assinado eletronicamente por CPF Nº 116.234.764-37 - KAREN ELLEN CEZARIO DOS SANTOS, ANALISTA LEGISLATIVO em 18 de novembro de 2025 às 10h13.***



**A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.**



MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
ASSESSORIA LEGISLATIVA

**Processo N° : 11120041 / 2025**

**Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 212/2025**

**Interessado : VEREADOR JONATAS OMENA**

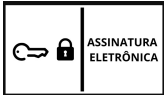
**Assunto : "CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO AO REITOR GUSTAVO ALFREDO CORDEIRO FERREIRA DE ARRUDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

### **DESPACHO**

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo encaminhado a esta Assessoria Legislativa para emissão de parecer técnico.

Expedido o referido parecer, encaminhem-se os autos à Presidência para prosseguimento do trâmite regimental.

**Maceió/AL, 18 de novembro de 2025.**



*Documento assinado eletronicamente por CPF N° 116.234.764-37 - KAREN ELLEN CEZARIO DOS SANTOS, ANALISTA LEGISLATIVO em 18 de novembro de 2025 às 10h15.*



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.



MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**Processo N° : 11120041 / 2025**

**Nº PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO : 212/2025**

**Interessado : VEREADOR JONATAS OMENA**

**Assunto : "CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO AO REITOR GUSTAVO ALFREDO CORDEIRO FERREIRA DE ARRUDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

### **DESPACHO**

Ao Prolongamento do Expediente para leitura.

**Maceió/AL, 18 de novembro de 2025.**



*Documento assinado eletronicamente por CPF Nº 058.544.434-06 - Gustavo Rodrigues Rocha, Diretor Superintendente em 18 de novembro de 2025 às 11h08.*



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO nº \_\_\_\_/2025**

**DISPÕE SOBRE A RESTITUIÇÃO  
SIMBÓLICA DOS MANDATOS DOS  
VEREADORES DE MACEIÓ CASSADOS  
ENTRE OS ANOS DE 1948 A 1969.**

Autora: **Vereadora TECA NELMA**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ/AL**, faz saber que o Poder Legislativo Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** Ficam simbolicamente restituídos os mandatos do Chefe do Executivo Municipal e dos Vereadores da cidade de Maceió cassados entre os anos de 1948 a 1969, em razão de perseguições políticas e institucionais.

**Art. 2º** Para fins desta Resolução, os mandatos simbolicamente restituídos são do **ex-prefeito Sandoval Ferreira Caju (cassado em 1964) e dos seguintes vereadores:**

**I - Nilson Amorim de Miranda** – Cassado em cassado em 1964;

**II - Hamilton de Carvalho Moraes** – Cassado em cassado em 1964;

**III - Claudenor Sampaio** – Cassado em cassado em 1964;

**IV - Jorge Lamenha Lins (Marreco)** – Cassado em cassado em 1964;

**V - Sebastião Teixeira Cavalcante Neto** – Cassado em cassado em 1969.

**Art. 3º** Será realizada uma Sessão Solene na Câmara Municipal de Maceió para a entrega de certificados de restituição simbólica aos familiares dos vereadores cassados, em reconhecimento ao serviço prestado à cidade e à democracia.

**Art. 4º** Os nomes dos vereadores reintegrados simbolicamente serão registrados nos anais da Câmara Municipal de Maceió, assegurando a devida reparação histórica e memória dos parlamentares injustamente destituídos.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Vereadora Teca Nelma, Câmara Municipal de Maceió, em 01 de Abril de 2025.



**Teca Nelma**  
Vereadora

**Obs:** Este Projeto de Resolução foi elaborado em conjunto com o Comitê Memória Verdade Justiça Democracia e Reparação de Alagoas. Essa parceria reforça a relevância do tema e a necessidade de manter viva a memória daqueles que lutaram pela democracia no Brasil.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
GABINETE DA VEREADORA TECA NELMA

**JUSTIFICATIVA**

A presente resolução tem como objetivo reparar simbolicamente as injustiças cometidas contra parlamentares maceioenses que tiveram seus mandatos arbitrariamente cassados no período de 1948 a 1969. Durante esse período, Maceió, assim como o restante do Brasil, sofreu com os impactos de regimes políticos autoritários, que resultaram na perseguição e exclusão de líderes democraticamente eleitos, comprometendo a representatividade popular e o desenvolvimento da cidade.

Reconhecendo o dever histórico e moral do Poder Legislativo Municipal de resgatar a verdade histórica e promover a justiça, esta iniciativa busca prestar uma homenagem póstuma aos parlamentares que tiveram seus mandatos injustamente interrompidos. Assim, reforçamos o compromisso da Câmara Municipal de Maceió com a democracia, a memória histórica e o respeito aos princípios republicanos, garantindo que os erros do passado não sejam esquecidos.

Os vereadores mencionados desempenharam papéis fundamentais na transformação e modernização da capital alagoana. Sandoval Ferreira Caju, enquanto prefeito, impulsionou melhorias urbanas significativas, promovendo a infraestrutura e urbanização de bairros. Nilson Amorim de Miranda destacou-se pela defesa dos direitos dos trabalhadores maceioenses, especialmente no setor industrial e de serviços. Hamilton Moraes teve uma atuação marcante na educação e infraestrutura, contribuindo para a ampliação de escolas e estradas na região. Claudenor Sampaio foi um dos grandes responsáveis pela modernização administrativa da Câmara Municipal e avanços na mobilidade urbana da cidade. Jorge Lamenha Lins (Marreco) foi um defensor ativo das liberdades democráticas e dos direitos civis, enfrentando a censura e defendendo a liberdade de expressão em um momento crítico da história local.

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, em seus artigos 342 a 344, estabelece as regras para a suspensão e perda de mandato, e em seus artigos 194 e seguintes, regulamenta a realização de Sessões Especiais. Com base nessas disposições, propõe-se a

realização de um ato solene para a devida restituição simbólica dos mandatos, como forma de reconhecimento da contribuição histórica desses parlamentares para o desenvolvimento de Maceió.

A restituição simbólica desses mandatos não apenas resgata a dignidade desses parlamentares e de suas famílias, mas também reafirma o compromisso da Câmara Municipal de Maceió com a justiça histórica e com a preservação da memória daqueles que lutaram pelo progresso e bem-estar da população maceioense.

Dessa forma, esta iniciativa representa um gesto de respeito, reconhecimento e compromisso com os valores democráticos, garantindo que a história e os feitos desses parlamentares não sejam esquecidos, mas sim honrados e perpetuados para as gerações futuras em Maceió.

Gabinete da Vereadora Teca Nelma, Câmara Municipal de Maceió, em 01 Abril de 2025.



**Teca Nelma**  
Vereadora

**Obs:** Este Projeto de Resolução foi elaborado em conjunto com o Comitê Memória Verdade Justiça Democracia e Reparação de Alagoas. Essa parceria reforça a relevância do tema e a necessidade de manter viva a memória daqueles que lutaram pela democracia no Brasil.





MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**Processo N°** : 04010012 / 2025

**Nº PROJETO DE RESOLUÇÃO** : 10/2025

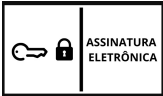
**Interessado** : VEREADORA TECA NELMA

**Assunto** : DISPÕE SOBRE A RESTITUIÇÃO SIMBÓLICA DOS MANDATOS DOS VEREADORES DE MACEIÓ CASSADOS ENTRE OS ANOS DE 1948 A 1969.

### **DESPACHO**

Ao Prolongamento do Expediente para leitura.

**Maceió/AL, 19 de novembro de 2025.**



*Documento assinado eletronicamente por CPF N° 058.544.434-06 - Gustavo Rodrigues Rocha, Diretor Superintendente em 19 de novembro de 2025 às 09h41.*



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRcode.